

---

**TÍTULO I – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL**


---

**Capítulo Único – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL**

1.	Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais	
1.1	O acesso aos recursos naturais .....	41
1.2	A equidade no acesso aos recursos naturais .....	42
1.3	A equidade no acesso aos recursos naturais e as futuras gerações .....	43
1.4	O acesso aos recursos naturais, as convenções internacionais e os Direitos nacionais .....	43
2.	Princípios usuário-pagador e poluidor-pagador .....	45
3.	Princípio da precaução	
3.1	A prevenção e a introdução do princípio de precaução no Direito Ambiental .....	46
3.2	Princípio da precaução na Declaração do Rio de Janeiro/92 .....	48
3.3	O Brasil e o princípio da precaução nas convenções internacionais .....	50
3.4	O princípio da precaução na jurisprudência estrangeira	
3.4.1	O princípio da precaução e as radiações nucleares .....	52
3.4.2	O princípio da precaução e a captura e caça ou a extinção de <i>habitats</i> de animais em perigo de extinção .....	52
3.4.3	O princípio da precaução e a Engenharia Genética .....	53
3.5	Características do princípio da precaução	
3.5.1	Incerteza do dano ambiental .....	54
3.5.2	Tipologia do risco ou da ameaça .....	54
3.5.3	O custo das medidas de prevenção .....	56
3.5.4	Implementação imediata das medidas de prevenção: o não-adiamento .....	57
3.5.5	O princípio da precaução e os princípios constitucionais da Administração Pública brasileira .....	57
3.5.6	A inversão do ônus da prova .....	58
3.6	A Lei 9.605/98 e a incriminação da ausência de precaução .....	59
3.7	O Estudo de Impacto Ambiental e a aplicação do princípio da precaução: diagnóstico do risco ambiental .....	60

4.	Princípio da prevenção .....	62
5.	Princípio da reparação .....	64
6.	Princípio da informação .....	65
7.	Princípio da participação	
7.1	Introdução .....	70
7.2	Participação na formação das decisões administrativas .....	71
7.3	Participação nos recursos administrativos e nos julgamentos administrativos .....	71
7.4	Participação no século XXI e instituição do plebiscito ambiental... 72	
7.5	Participação nas ações judiciais ambientais .....	72

## **TÍTULO II – CONSTITUIÇÃO FEDERAL E MEIO AMBIENTE**

### **Capítulo I – COMPETÊNCIA AMBIENTAL DA UNIÃO E DOS ESTADOS**

1.	Direito estrangeiro	
1.1	Espanha .....	75
1.2	Bélgica .....	76
2.	Direito brasileiro e Comparado	
2.1	Introdução .....	77
2.2	Uma nova concepção de federalismo .....	77
2.3	A norma geral como limite da legislação federal ambiental .....	78
2.4	Competência suplementar dos Estados em matéria ambiental .....	79
2.5	A competência ambiental comum na Constituição Federal de 1988	
2.5.1	A implementação da legislação ambiental .....	80
2.5.2	Inconstitucionalidade de alguns artigos da Resolução 237/97-CONAMA .....	81
2.6	Estabelecimento de normas de cooperação institucional .....	83
2.7	MERCOSUL e cooperação ambiental .....	86

### **Capítulo II – ATIVIDADES RELACIONADAS COM O MEIO AMBIENTE**

1.	Caça	
1.1	Constituição .....	88
1.2	Constituições anteriores .....	88
1.3	Competência para julgamento .....	88
2.	Educação	
2.1	Constituição .....	89
2.2	Constituições anteriores .....	90

3.	Garimpo	
3.1	Constituição .....	90
3.2	Constituições anteriores .....	90
4.	Irrigação	
4.1	Constituição .....	90
4.2	Constituições anteriores .....	91
5.	Manipulação de material genético	
5.1	Constituição .....	91
5.2	Constituições anteriores .....	92
6.	Mineração	
6.1	Constituição (forma de exploração) .....	92
6.2	Constituições anteriores .....	92
6.3	Competência para legislar sobre mineração e legislação de controle da poluição .....	93
7.	Nuclear	
7.1	Constituição .....	93
7.2	Constituições anteriores .....	94
7.3	As iniciativas nucleares e o Congresso Nacional .....	94
7.4	Constituições anteriores .....	95
7.5	Usinas que operem com reator nuclear – O Poder Legislativo e o Poder Executivo .....	97
7.6	Responsabilidade civil por danos nucleares .....	98

### Capítulo III – BENS AMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1.	Águas	
1.1	Águas integrando os bens da União .....	100
1.2	Águas integrando os bens dos Estados .....	100
1.3	Sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos .....	100
1.4	Aproveitamento dos cursos d'água .....	101
1.5	Participação no resultado da exploração .....	101
1.6	Competência para legislar sobre águas .....	102
1.7	Aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas .....	103
2.	Cavidades naturais subterrâneas .....	103
3.	Energia	
3.1	Competência para legislar .....	103
4.	Espaços territoriais protegidos e seus componentes .....	104
5.	O Conselho de Defesa Nacional e espaços relacionados com a proteção ambiental .....	105
6.	Fauna	
6.1	Utilização da fauna .....	107

7. Flora	
7.1 Competência para legislar .....	108
8. Florestas .....	109
8.1 Floresta Amazônica .....	109
8.2 Mata Atlântica .....	109
9. Ilhas .....	109
10. Paisagem .....	110
10.1 Conceito .....	111
11. Mar territorial .....	112
12. Praias fluviais .....	112
13. Praias marítimas .....	112
14. Recursos naturais da plataforma continental .....	112
15. Recursos naturais da zona econômica exclusiva .....	113
16. Sítios arqueológicos e pré-históricos .....	114
17. Terrenos de marinha e seus acrescidos .....	114
18. Terrenos marginais .....	116
19. Conclusão .....	117

---

### ***TÍTULO III – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE***

---

#### **Capítulo I – INTRODUÇÃO**

1. Nomenclatura da disciplina jurídica .....	119
2. Conceito de Direito Ambiental .....	120
3. Conceito de meio ambiente na legislação	
3.1 Legislação federal .....	122
3.2 Legislação dos Estados .....	123

#### **Capítulo II – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

1. A colegialidade nos órgãos ambientais .....	124
2. Competência dos organismos colegiados ambientais brasileiros	
2.1 Conselho de Governo	
2.1.1 Competência e composição do Conselho de Governo .....	125
2.1.2 Câmara de Políticas dos Recursos Naturais .....	125
2.1.3 Grupo Executivo do Setor Pesqueiro-GESPE .....	127
2.2 Os Conselhos ambientais no Ministério do Meio Ambiente	
2.2.1 Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA .....	127
2.2.2 Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente .....	130
2.2.3 Conselho Nacional da Amazônia Legal .....	131
2.3 Conselhos ambientais nos Estados	
2.3.1 Constituições dos Estados .....	131
2.3.2 Legislação dos Estados .....	133

3.	Composição dos organismos colegiados ambientais brasileiros	
3.1	Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA .....	134
3.2	Organismos estaduais	
3.2.1	Constituições dos Estados .....	135
3.2.2	Legislação dos Estados .....	137
4.	O meio ambiente na Administração Federal	
4.1	Ministério do Meio Ambiente .....	137
4.1.1	Competência do Ministério .....	138
4.1.2	Órgãos do Ministério .....	138
4.2	O quadro funcional da Administração ambiental .....	139
4.3	IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	
4.3.1	Finalidade e estrutura do IBAMA .....	142
4.3.2	O IBAMA e a instituição de licenças: a atividade petrolífera ...	143

---

## ***TÍTULO IV – INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE***

---

### **Capítulo I – NOVOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Ação administrativa no tempo .....	145
2.	Direito à publicidade ambiental	
2.1	Objetivos .....	146
2.2	Experiência estrangeira .....	148
2.3	Experiência brasileira .....	149
3.	Direito à informação ambiental .....	152
4.	Fase conciliatória .....	154

### **Capítulo II – ZONEAMENTO AMBIENTAL**

1.	Zoneamento e desenvolvimento planejado .....	156
2.	Zoneamento ambiental e segurança nacional .....	158
3.	Zoneamento ambiental na experiência estrangeira .....	159
4.	Zoneamento, urbanismo e poluição .....	160
5.	Elaboração do zoneamento: participação do público	
5.1	Experiência estrangeira .....	161
5.2	Experiência brasileira .....	164
6.	Elaboração do zoneamento municipal .....	165
7.	Zoneamento ambiental, direito adquirido, revogação e anulação .....	165
8.	Zoneamento ambiental e direito de propriedade .....	169

### Capítulo III – ZONEAMENTO INDUSTRIAL NAS ÁREAS CRÍTICAS DE POLUIÇÃO

1. Introdução .....	172
2. Proposta da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente: Estudo de Impacto .....	173
3. Campo de incidência das novas disposições legais .....	174
4. Esquema de zoneamento urbano e sua criação por lei .....	174
5. O Município e as regiões metropolitanas .....	175
6. Os Estados e o zoneamento industrial .....	176
7. Os Estados e o licenciamento de indústrias .....	177
8. Os organismos que licenciam as atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras .....	179
9. A União e a implantação de zonas industriais .....	179
10. Critérios para estabelecer os padrões ambientais .....	181
11. As zonas instituídas pela lei	
11.1 A implantação da zona e a vigência da lei .....	182
11.2 Características das zonas industriais	
11.2.1 Zona de uso estritamente industrial .....	183
11.2.2 Zona de uso predominantemente industrial .....	184
11.2.3 Zona de uso diversificado .....	185
11.2.4 Zona de reserva ambiental .....	185
12. Relocalização de indústrias poluidoras .....	186

### Capítulo IV – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

1. Previsão na Constituição Federal .....	188
2. Previsão nas Constituições Estaduais .....	189
3. Previsão em convenções e declarações internacionais	
3.1 Convenção de Espoo .....	190
3.2 Declaração do Rio de Janeiro/92 .....	192
4. Planejamento público – Redação dos atos administrativos federais e Estudo de Impacto Ambiental .....	192
5. Financiamento de obras ou atividades e Estudo de Impacto Ambiental .....	194
6. Função e natureza jurídica do Estudo de Impacto Ambiental .....	194
7. Competência do CONAMA para estabelecer normas gerais sobre o Estudo de Impacto Ambiental .....	195
8. Competência dos Estados e Municípios e Estudo de Impacto Ambiental .....	196
9. Abrangência do Estudo de Impacto Ambiental	
9.1 Relação de atividades no Direito brasileiro e no Direito Comparado .....	196

9.2	Obrigatoriedade da exigência do Estudo de Impacto Ambiental nos casos especificados na legislação brasileira .....	199
10.	Conteúdo do Estudo de Impacto Ambiental	
10.1	Estudo de Impacto Ambiental-EIA e Relatório de Impacto Ambiental-RIMA .....	201
10.2	Área de influência do projeto .....	202
10.3	Planos e programas governamentais – Zoneamento ambiental ....	203
10.4	Alternativas .....	203
10.5	Descrição inicial do local .....	205
10.6	Identificação e avaliação dos impactos ambientais do projeto ..	206
10.7	Medidas para corrigir os impactos ambientais desfavoráveis ....	207
10.8	Impactos desfavoráveis e previsão no orçamento .....	208
10.9	Medidas compensatórias .....	209
10.10	Medidas preventivas de riscos maiores e catástrofes .....	211
10.11	Distribuição dos ônus e benefícios sociais do projeto .....	212
10.12	Análise do desenvolvimento sustentado .....	213
10.13	Análise jurídica do projeto .....	214
11.	O proponente do projeto ou empreendedor .....	215
12.	Os consultores do estudo e a responsabilidade civil e penal do empreendedor .....	216
13.	Participação do público .....	217
13.1	Pedido do proponente do projeto e comunicação pela imprensa ..	220
13.2	Acesso ao RIMA e sigilo	
13.2.1	Sigilo .....	220
13.2.2	Acesso ao RIMA .....	221
13.2.3	Acesso ao RIMA integral .....	222
13.3	Fase de comentários	
13.3.1	Conceito – Quem pode comentar – Reabertura da fase de comentários .....	223
13.3.2	Comunicação da abertura da fase de comentários .....	223
13.3.3	Duração da fase de comentários .....	224
13.4	Audiência Pública	
13.4.1	Introdução .....	226
13.4.2	Finalidade da Audiência Pública .....	226
13.4.3	Convocação da Audiência Pública .....	227
13.4.4	Edital de recebimento do RIMA .....	227
13.4.5	Designação da Audiência Pública	
	– Data e local .....	228
13.4.6	Direção e procedimento da audiência .....	229
13.4.7	Ata da audiência e juntada de documentação .....	230
13.4.8	A decisão do órgão licenciador e a Audiência Pública .....	230
13.4.9	Legislação comparada .....	231

14. O órgão público ambiental e o EIA	
14.1 Relação do órgão público com o proponente do projeto .....	232
14.2 Relação do órgão público ambiental com os técnicos habilitados .....	233
14.3 Relação do órgão público ambiental com o público .....	233
14.4 Licença Prévia e EIA .....	233
14.5 O órgão público ambiental e os outros órgãos públicos no procedimento do EIA .....	234
14.6 A decisão do órgão público ambiental .....	234
14.7 Responsabilidade criminal dos servidores públicos e EIA .....	235
14.8 Indispensabilidade do EIA e procedimentos preliminares .....	236
14.9 Dos prazos para os órgãos públicos ambientais .....	238
15. Monitoramento e programa de acompanhamento .....	239
16. As licitações e o EIA .....	239

## Capítulo V – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. Utilização dos termos “licença” e “autorização” .....	242
2. A instituição do licenciamento ambiental .....	243
3. O licenciamento ambiental e o IBAMA	
3.1 Quadro do licenciamento obrigatório pelo IBAMA .....	244
3.2 Licenciamento ambiental supletivo pelo IBAMA .....	244
3.3 Licenciamento ambiental pelo IBAMA e interesse nacional e regional .....	245
4. Licenciamento ambiental estadual e legislação federal .....	246
5. Licenciamento ambiental e zoneamento ambiental .....	246
6. Licenciamento ambiental e padrões de qualidade .....	247
7. Licenciamento ambiental e normas de emissão .....	247
7.1 Legislação e Direito estrangeiro	
7.1.1 Alemanha .....	248
7.1.2 Argélia .....	250
7.1.3 República Popular da China .....	251
7.1.4 França .....	252
7.1.5 Índia .....	253
7.1.6 Inglaterra .....	254
7.2 Legislação estadual de licenciamento .....	254
8. Licenciamento ambiental: prazo de validade, decadência e revogação ...	261
9. Licenciamento ambiental e financiamento por instituições oficiais .....	262
10. Tipos de licenciamento ambiental .....	263
11. Licenciamento ambiental e controle da poluição. Tecnologia apropriada .....	265
12. Licenciamento ambiental e crime – Descumprimento das normas legais e regulamentares .....	265

13. Dos funcionários públicos e dos crimes contra a Administração ambiental .....	267
14. Do crime de deixar de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental .....	269
15. Do crime de impedir ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público .....	270
16. O licenciamento ambiental e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais ..	270
17. O licenciamento ambiental de petróleo, gás natural e amianto	
17.1 Exploração e produção de petróleo e de gás natural .....	271
17.2 Extração, industrialização, comércio e transporte de asbesto/amianto .....	273

## Capítulo VI – AUDITORIA AMBIENTAL

1. Nomenclatura .....	276
2. Conceito de auditoria ambiental .....	276
3. A auditoria ambiental e o desenvolvimento sustentável .....	278
4. Abrangência da auditoria .....	279
5. Conteúdo da auditoria ambiental .....	279
6. Estudo de Impacto Ambiental-EIA e auditoria ambiental .....	282
7. Licenciamento e auditoria ambiental .....	282
8. Monitoramento e auditoria ambiental .....	283
9. Inspeção e auditoria ambiental .....	283
10. O órgão público ambiental e a auditoria .....	284
11. Auditor ambiental	
11.1 Conceito de auditor .....	284
11.2 Capacitação do auditor .....	285
11.3 A independência dos auditores	
11.3.1 A independência dos auditores na auditoria ambiental pública .....	285
11.3.2 A independência dos auditores na auditoria ambiental privada .....	286
11.4 Responsabilidade dos auditores .....	286
12. Periodicidade da auditoria ambiental .....	287
13. Documentação da auditoria ambiental .....	287
14. Publicidade e/ou confidencialidade da auditoria ambiental .....	288
15. A auditoria ambiental e as organizações não-governamentais .....	289
16. Ação civil pública e auditoria ambiental .....	289

## Capítulo VII – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS

1. Introdução .....	291
---------------------	-----

2.	Multa	
2.1	Introdução .....	293
2.2	O dolo e a negligência na multa simples .....	294
2.3	As multas e a reparação do dano .....	295
3.	Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e/ou perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito .....	296
4.	Suspensão das atividades .....	296
4.1	Suspensão de atividades licenciadas .....	296
4.2	Suspensão de atividades não autorizadas .....	297
5.	Redução das atividades .....	297
6.	Sanções administrativas ambientais em nível federal .....	298
6.1	Apreensão .....	298
6.2	Apresamento de embarcação .....	300
6.3	Cassação de matrícula .....	300
6.4	Caducidade de autorização de pesquisa .....	300
6.5	Caducidade da concessão de lavra .....	300
6.6	Cancelamento do registro .....	301
6.7	Demolição de obra .....	301
6.8	Embargo .....	301
6.9	Interdição .....	302
6.10	Multa .....	302
7.	Poder de polícia ambiental	
7.1	Conceito .....	303
7.2	Quem pode exercer o poder de polícia ambiental .....	304
7.3	Contra quem pode ser exercido o poder de polícia ambiental .....	305

## Capítulo VIII – FINANCIAMENTO – MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.	Financiamento e meio ambiente .....	307
2.	Conselho Monetário Nacional .....	307
3.	Banco Central do Brasil .....	308
4.	As instituições financeiras públicas federais e o licenciamento ambiental .....	309
5.	As instituições financeiras públicas federais e as normas do CONAMA ..	311
6.	Co-responsabilidades das instituições financeiras pelos danos ambientais .....	312
7.	As instituições financiadoras e a prevenção do dano ambiental .....	313
8.	A ação civil pública e o controle judicial dos financiamentos .....	314

---

**TÍTULO V – RESPONSABILIDADE CIVIL, REPARAÇÃO DO DANO ECOLÓGICO E MEIOS PROCESSUAIS PARA A DEFESA AMBIENTAL**

---

**Capítulo I – RESPONSABILIDADE CIVIL E REPARAÇÃO DO DANO ECOLÓGICO**

1.	Histórico da utilização do termo “responsável” .....	317
2.	Conceito de dano ecológico	
2.1	Direito Comparado	
2.1.1	Conceito de dano ecológico na Convenção de Lugano (Conselho da Europa) .....	319
2.1.2	Alemanha .....	319
2.1.3	Itália .....	320
2.1.4	Grécia .....	321
2.2	Direito brasileiro .....	321
3.	Responsabilidade objetiva	
3.1	Direito brasileiro .....	321
3.2	Direito Comparado .....	323
4.	Dano residual, licença e co-responsabilidade do órgão ambiental oficial .....	325
5.	Relação de causalidade .....	327
6.	O Poder Público como sujeito ativo da ação de reparação de dano ecológico – Presença do Ministério Público .....	332
7.	Obrigação de restauração, reparação e recuperação do meio ambiente ...	333
8.	Reparação do dano ecológico e seguro .....	336
9.	Fundo para a reparação do dano ecológico .....	337

**Capítulo II – MEIOS PROCESSUAIS PARA A DEFESA AMBIENTAL**

1.	Ação popular .....	340
2.	A participação do Ministério Público: inquérito civil, as recomendações do Ministério Público e o compromisso de ajustamento de conduta	
2.1	O inquérito civil .....	341
2.2	As recomendações do Ministério Público .....	342
2.3	O compromisso de ajustamento da conduta .....	344
3.	Ação civil pública .....	346
3.1	Conceito e objetivos .....	347
3.2	Autores da ação civil pública .....	347
3.3	O Ministério Público na ação civil pública .....	348
3.4	Condenação em dinheiro e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos .....	349

## **TÍTULO VI – MUNICÍPIO – URBANISMO E MEIO AMBIENTE**

### **Capítulo I – MUNICÍPIO E MEIO AMBIENTE – ASPECTOS JURÍDICOS**

1.	A União e o Município .....	351
2.	Repartição das competências .....	353
3.	Interesse local do Município e sistema de competências .....	354
4.	O Poder Judiciário e a repartição de competências .....	356
5.	Plebiscito, referendo e iniciativa popular e atuação dos munícipes no meio ambiente .....	357
6.	O Município e a aplicação das legislações federal e estadual ambiental..	358
7.	Procedimentos administrativos e intervenção do Município	
7.1	Planejamento municipal e zoneamento ambiental .....	358
7.2	Declaração de Impacto Ambiental e Estudo Prévio de Impacto Ambiental – Procedimentos de prevenção do dano ambiental	
7.2.1	Declaração de Impacto Ambiental .....	359
7.2.2	Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....	360
7.3	Autorização ambiental municipal: publicidade e auditoria	
7.3.1	Autorização e licença .....	361
7.3.2	Publicidade e auditoria .....	362
7.3.3	Competência estadual ambiental e invasão da competência municipal .....	363
7.3.4	Invasão da competência estadual ambiental pelo Município..	364
7.4	Sanção municipal ambiental .....	365
8.	Município e aspectos setoriais do meio ambiente	
8.1	Águas .....	366
8.2	Agrotóxicos .....	367
8.3	Áreas verdes e praças .....	368
8.4	Atmosfera .....	369
8.5	Cultura – Proteção de bens e valores culturais através do tombamento .....	369
8.6	Fauna e zoológicos municipais .....	370
8.7	Flora .....	371
8.8	Nuclear .....	372
8.9	Rejeitos .....	373
8.10	Ruído .....	374
8.11	Tráfego .....	375
9.	Município e defesa do meio ambiente em juízo .....	376
10.	Conclusões .....	376

### **Capítulo II – PARCELAMENTO DO SOLO URBANO**

1.	Exigências urbanísticas obrigatórias para toda a Nação .....	378
----	--	-----

2.	A autonomia municipal e as normas urbanísticas federais .....	379
3.	Conceito de loteamento e de desmembramento .....	381
4.	Exigências fundamentais para a admissão do parcelamento .....	382
5.	A intervenção dos organismos estaduais encarregados da preservação do meio ambiente e a aprovação dos loteamentos .....	384
6.	Novos requisitos urbanísticos para o loteamento: a melhoria da qualidade de vida .....	386
7.	Fixação das diretrizes pelas Prefeituras Municipais ou pelo Distrito Federal .....	391
8.	Execução de obras pelo loteador – Intervenção do Ministério Público e ação da Prefeitura Municipal .....	392
9.	Publicidade do procedimento .....	393
10.	Impugnação e ação judicial contra a aprovação e o registro do loteamento .....	394

### Capítulo III – PROTEÇÃO DAS PRAÇAS E DOS ESPAÇOS LIVRES

1.	Conceito e função das praças .....	396
2.	Defesa da saúde – Uma das funções da praça e dos espaços livres .....	397
3.	A praça – Bem de uso comum do povo .....	397
4.	As praças e a legislação de parcelamento do solo urbano .....	398
5.	A praça e sua destinação .....	400
6.	Prevalência do interesse “uso comum do povo” sobre outros interesses..	403
7.	Ministério Público, associações ambientais e cidadãos na defesa judicial das praças .....	404
8.	O Poder Judiciário e a defesa das praças e dos espaços livres .....	405

---

## ***TÍTULO VII – RECURSOS HÍDRICOS – LEI 9.433/97***

---

### Capítulo Único – RECURSOS HÍDRICOS – LEI 9.433/97

1.	Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos .....	407
1.1	Água como bem de domínio público .....	407
1.1.1	A água é “bem de uso comum do povo” .....	408
1.1.2	A água não é bem dominical do Poder Público .....	409
1.1.3	A abrangência da dominialidade pública das águas, Código Civil e Código das Águas. A questão da indenização .....	410
1.1.4	Águas pluviais, dominialidade pública e Código das Águas..	413
1.2	A água como um bem de valor econômico .....	414
1.3	Uso prioritário e uso múltiplo das águas	
1.3.1	Uso prioritário .....	415
1.3.2	Uso múltiplo das águas .....	416

1.4	A bacia hidrográfica – A implementação da Política de Recursos Hídricos e a atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos .....	417
1.5	Gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos .....	419
2.	Dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos	
2.1	As águas e o desenvolvimento sustentável .....	420
2.2	Prevenção das enchentes .....	421
3.	Das diretrizes gerais de ação .....	421
4.	Dos Planos de Recursos Hídricos	
4.1	Conceito, prazo de vigência e órgãos competentes .....	423
4.2	Abrangência: Plano de bacia hidrográfica, dos Estados e do País ...	423
4.3	Conteúdo .....	425
4.4	Plano de Recursos Hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos .....	427
4.5	Plano de Recursos Hídricos e cobrança do uso de recursos hídricos .....	428
4.6	Plano de Recursos Hídricos e plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos .....	428
4.7	Plano de Recursos Hídricos e licenciamento ambiental .....	429
4.8	Plano de Recursos Hídricos, publicidade e participação pública..	430
4.9	Plano de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de Irrigação .....	430
4.10	Plano de Recursos Hídricos, planejamento e zoneamento ambiental .....	431
5.	Enquadramento dos corpos de água e competência para classificação das águas .....	431
6.	Outorga de direitos de uso de recursos hídricos	
6.1	Conceito .....	432
6.2	Abrangência da outorga de uso das águas .....	435
6.3	Outorga e reserva hídrica .....	436
6.4	Outorga dos direitos de uso da água e Estudo Prévio de Impacto Ambiental .....	437
6.5	Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e licenciamento ambiental .....	438
6.6	Vinculação, discricionariedade e ônus da prova do requerente. Publicidade do procedimento de outorga .....	438
6.7	Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e dever de fiscalizar .....	439
6.8	Condições constantes da outorga dos direitos de uso das águas e cobrança do uso .....	440
6.9	Suspensão da outorga dos direitos de uso de recursos hídricos ...	440
6.10	Outorga do direito de uso das águas e aproveitamento dos potenciais hidrelétricos .....	441

6.11	Não exigibilidade da outorga dos direitos de uso das águas .....	443
6.12	Infrações relativas à outorga .....	444
6.13	Sistema integrado de outorgas .....	445
6.14	Delegação da outorga .....	445
7.	Cobrança do uso de recursos hídricos	
7.1	Finalidade .....	446
7.2	Cobrança pelo uso de recursos hídricos e outorga de direitos de uso de recursos hídricos .....	447
7.3	Cobrança pelo uso de recursos hídricos pelas concessionárias de energia elétrica .....	448
7.4	Fixação dos valores a serem cobrados .....	449
7.5	Aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos	
7.5.1	Aplicação prioritária na bacia hidrográfica .....	450
7.5.2	CrITÉRIOS de utilização dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos	
7.5.2.1	Financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos ..	451
7.5.2.2	Objeto do financiamento .....	451
7.5.2.3	Os órgãos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o limite das despesas de implantação e de custeio administrativo .....	452
7.6	Cobrança pelo uso de recursos hídricos e existência de Plano de Recursos Hídricos .....	453
7.7	Natureza jurídica dos valores arrecadados pelo uso dos recursos hídricos .....	453
8.	Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos .....	454
9.	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	
9.1	Introdução .....	456
9.2	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	
9.2.1	Composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos ...	458
9.2.2	Competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos ..	459
9.3	Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos .....	462
9.4	Comitês de Bacia Hidrográfica	
9.4.1	Diferentes tipos de Comitês .....	463
9.4.2	Área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica .....	464
9.4.3	Composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União .....	464
9.4.4	Competência dos Comitês de Bacias Hidrográficas em rios de domínio da União .....	467
9.5	As Agências de Águas	
9.5.1	Introdução .....	470

9.5.2	Agências de Águas, Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e autonomia dos Estados .....	471
9.5.3	Agências de Águas e o planejamento .....	471
9.5.4	Agências de Águas e a informação .....	471
9.5.5	Agências de Águas e atividade financeira .....	472
9.5.6	Controle da atividade financeira das Agências de Águas...	473
9.5.7	Consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas e Agências de Águas .....	474
9.5.8	Experiência estrangeira e Agências de Águas	
9.5.8.1	Experiência francesa .....	475
9.5.8.2	Experiência inglesa .....	476
9.6	Organizações civis de recursos hídricos .....	477

---

## **TÍTULO VIII – ASPECTOS JURÍDICOS DA POLUIÇÃO**

---

### **Capítulo I – CONCEITO DE POLUIÇÃO**

1.	Legislação federal .....	479
2.	Legislação dos Estados .....	480

### **Capítulo II – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA – ASPECTOS PENAIS**

1.	Legislação estrangeira .....	482
2.	Legislação brasileira: comentários ao art. 38 da Lei das Contravenções Penais	
2.1	Provocar emissão .....	484
2.2	Emissão abusiva .....	484
2.3	“Fumaça, vapor ou gás” .....	485

### **Capítulo III – POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA – ASPECTOS ADMINISTRATIVOS**

1.	Experiência estrangeira .....	488
1.1	Estados Unidos .....	488
1.2	Alemanha .....	490
1.3	Japão .....	491
1.4	França .....	492
2.	Legislação brasileira e fixação de padrões .....	493
3.	Lei 8.723, de 24.10.1993, dispendo sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores	
3.1	Destinatários da lei .....	496

3.2	Abrangência .....	496
3.3	Cronograma de implementação para os fabricantes de veículos ..	496
3.4	Licença para uso da configuração de veículos ou motor .....	497
3.5	A obrigação dos órgãos responsáveis pelos combustíveis e o cronograma de implementação	
3.5.1	A obrigação dos órgãos responsáveis pelos combustíveis ....	498
3.5.2	Cronograma de implementação .....	499
3.6	Serviços de diagnóstico, regulagem de motores e sistemas de controle de emissões .....	500
3.7	Monitoramento da qualidade do ar .....	500
4.	Proteção da camada de ozônio .....	501
5.	Poluição do ar pela queimada da palha de cana-de-açúcar .....	503

#### Capítulo IV – POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS

1.	Introdução .....	506
2.	Conceito de resíduo sólido .....	507
3.	Normas administrativas gerais sobre coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos .....	507
4.	Formas de destino final dos resíduos sólidos .....	509
4.1	Depósito a céu aberto .....	509
4.2	Depósito em aterro sanitário	
4.2.1	Conceito .....	510
4.2.2	Escolha do local .....	511
4.3	Incineração .....	512
4.4	Transformação do resíduo sólido em composto .....	513
4.5	Reciclagem e recuperação de energia .....	513
4.6	As baterias e as pilhas. A Resolução CONAMA 257/99 .....	514
5.	Atuação da União, dos Estados e dos Municípios .....	514
6.	Punição dos atos poluidores por lançamento e destinação inadequada dos resíduos sólidos	
6.1	Punição administrativa .....	515
6.2	Punição penal .....	516

#### Capítulo V – POLUIÇÃO POR REJEITOS PERIGOSOS

1.	Conceito de rejeito perigoso .....	518
2.	Tratamento do rejeito no lugar em que ele foi gerado .....	520
3.	O registro como forma de gestão e controle dos rejeitos perigosos – Tutela penal e administrativa .....	521
4.	O manifesto como forma de controle dos rejeitos perigosos .....	523
5.	Zoneamento e condições dos locais aptos para a eliminação dos rejeitos perigosos .....	523

6.	Sistema de autorização concernente a rejeitos perigosos – Revogação da autorização e intervenção judicial .....	524
7.	Responsabilidade pelos danos ambientais e rejeitos perigosos .....	527
8.	Movimento transfronteiriço de rejeitos perigosos e Direito Internacional e Comparado .....	528
9.	Movimento transfronteiriço de rejeitos e o Direito brasileiro .....	532
9.1	Tipos de resíduos .....	532
9.2	Proibição ou autorização de importação de resíduos	
9.2.1	Importação de resíduos perigosos .....	533
9.2.2	Importação de resíduos “não-inertes” .....	534
9.3	Infrações e resíduos .....	535

## Capítulo VI – POLUIÇÃO POR AGROTÓXICOS

1.	Agrotóxicos – Constituição Federal e Constituições Estaduais .....	536
2.	Conceito de “ agrotóxicos, seus componentes e afins” .....	537
3.	Registro de agrotóxicos	
3.1	Conceito .....	538
3.2	Competência para registrar o agrotóxico .....	539
3.3	Intervenção da Administração Pública no registro federal .....	539
3.4	Publicidade prévia do pedido de registro .....	540
3.5	Direito à informação e procedimento de registro .....	542
3.6	Autorização para uso emergencial e necessidade de registro ....	542
3.7	Pedido de registro e ônus da prova do registrante .....	543
3.8	Condições para registro de agrotóxicos novos e com inovações ..	545
3.9	Informações e provas a serem apresentadas pelo registrante e proibições de registro .....	547
3.10	Reavaliação do registro de agrotóxicos que têm como componentes os organoclorados .....	549
3.11	Reavaliação do registro. Abolição da renovação obrigatória. Auditoria ambiental e a legislação estadual de agrotóxicos .....	550
3.12	Organismos internacionais e registro .....	552
3.13	Registro – Rótulo e embalagem .....	554
3.14	Embalagem e proibição de registro .....	554
3.15	Prazos de tramitação do procedimento de registro e inexistência de registro por decurso do prazo .....	555
3.16	Decisão da Administração Pública no procedimento de registro e responsabilidade do servidor público .....	556
3.17	Análise do produto após o registro .....	557
3.18	Impugnação do registro	
3.18.1	Legitimidade para impugnar administrativamente .....	557

3.18.2	Conteúdo da impugnação: descumprimento de requisitos formais do procedimento .....	558
3.18.3	Arguição sobre o mérito do pedido de registro .....	558
3.19	Infração administrativa pela ausência de registro – Sanções .....	559
3.20	Ações judiciais e registro de agrotóxico .....	560
4.	Registro especial para pesquisa e experimentação	
4.1	Conceito .....	561
4.2	Quem pode requerer registro especial .....	561
4.3	Responsabilidade da pesquisa e da experimentação .....	561
4.4	Órgãos competentes para conceder o registro especial .....	561
4.5	Os Estados e o registro especial .....	562
4.6	Destinação dos produtos agrícolas e dos restos de cultura – Responsabilidade civil e penal .....	562
4.7	Estudo de Impacto Ambiental e localização de área para destinação final dos produtos agrícolas e restos de cultura .....	563
4.8	Controle da Administração sobre a pesquisa e experimentação com agrotóxicos .....	563
5.	Produção de agrotóxicos	
5.1	Registro da empresa – Autorização e competência para fiscalização .....	564
5.2	Diretrizes gerais sobre fabricação de agrotóxicos	
5.2.1	Separação das instalações .....	564
5.2.2	Embalagem .....	564
5.2.3	Relatório semestral .....	565
5.2.4	Responsabilidades civil e penal pelo descumprimento das diretrizes .....	565
6.	Importação de agrotóxicos	
6.1	Registro do agrotóxico .....	565
6.2	Registro da empresa .....	566
6.3	Separação das instalações .....	566
6.4	Embalagem .....	567
6.5	Relatório semestral .....	567
6.6	Livro de registro .....	567
6.7	Assistência de técnico habilitado .....	567
6.8	Restrições à importação e Constituições Estaduais .....	568
6.9	Mercosul e livre circulação de substâncias ativas e/ou suas formulações de produtos fitossanitários .....	568
7.	Exportação .....	569
8.	Comercialização de agrotóxicos	
8.1	Conceito .....	569
8.2	Comercialização e obrigação da receita do produto .....	570
8.3	Exceção à necessidade de receita .....	570
8.4	Venda de agrotóxico a usuário – Necessidade de receita .....	571

8.5	Registro da empresa de comercialização – Sanções .....	572
8.6	Regra específica para comercialização de agrotóxico: proibição de reembalagem .....	572
8.7	Relatório semestral a ser enviado à Administração Pública .....	573
8.8	Livro a ser conservado no estabelecimento comercial .....	573
8.9	Obrigação de conservar cópia da receita .....	573
8.10	Obrigação do envio mensal de cópia da receita ao Conselho Regional profissional e para o órgão estadual competente .....	573
8.11	Venda de agrotóxico e receituário .....	574
9.	Transporte de agrotóxicos	
9.1	Agrotóxico: produto perigoso para transporte .....	574
9.2	Transporte de agrotóxico em embalagem apropriada .....	574
9.3	Proibições de transporte rodoviário – Responsabilidade pela carga	575
9.4	Receita e transporte de agrotóxico .....	576
9.5	Itinerário do veículo transportador de agrotóxico .....	576
9.6	Procedimentos em caso de emergência, acidente ou avaria – Responsabilidade civil .....	577
9.7	Responsabilidade penal e transporte de agrotóxico .....	577
10.	Usuário de agrotóxicos	
10.1	Introdução .....	578
10.2	Responsabilidade civil do usuário de agrotóxico .....	578
10.3	Responsabilidade penal do usuário de agrotóxico .....	579
11.	Prestador de serviço na aplicação de agrotóxico	
11.1	Conceito .....	580
11.2	Registro do prestador de serviço .....	580
11.3	Obrigação de autocontrole na prestação de serviços .....	581
11.4	Responsabilidade civil do prestador de serviço .....	581
11.5	Responsabilidade penal do prestador de serviço .....	582
12.	Empregador	
12.1	Das obrigações específicas do empregador .....	582
12.2	Responsabilidade penal do empregador .....	583
13.	Análise global da responsabilidade civil na Lei de Agrotóxicos .....	584
14.	Armazenagem e embalagem de agrotóxicos – Destinação final .....	585
15.	Receituário de agrotóxicos	
15.1	Conteúdo da receita – Legislação federal e estadual .....	586
15.2	Especificidade da receita e diagnóstico .....	587
15.3	Conteúdo da receita e manejo integrado de pragas .....	588
15.4	Conteúdo da receita: quantidade total de agrotóxico e dosagens de aplicação .....	588
15.5	Conteúdo da receita: intervalo de segurança .....	589
15.6	Advertência quanto às precauções de uso, primeiros socorros e proteção ao meio ambiente .....	589

15.7	Receita – Armazenamento de agrotóxico e época de aplicação ....	590
15.8	Caráter público da receita .....	590
15.9	Responsabilidade civil do profissional .....	591
15.10	Responsabilidade penal do profissional .....	592

## Capítulo VII – POLUIÇÃO SONORA

1.	Conceito de ruído .....	595
2.	Poluição sonora e avaliação fisiológica .....	595
3.	Efeitos do ruído .....	596
4.	Normas de emissão e de imissão do som	
4.1	Direito Comparado .....	597
4.2	A Resolução 1/90-CONAMA .....	598
5.	Planejamento ambiental e zoneamento ambiental	
5.1	Direito alemão .....	600
5.2	Direito norte-americano .....	601
5.3	Direito japonês .....	602
5.4	Direito brasileiro .....	602
6.	Estudo de Impacto Ambiental e ruído .....	603
7.	Licenciamento ambiental e ruído .....	604
8.	Monitoramento e auditoria ambiental do ruído .....	605
9.	Responsabilidade pelo ruído	
9.1	Responsabilidade pelos produtos	
9.1.1	Direito brasileiro .....	606
9.1.2	Direito da União Européia .....	609
9.1.3	Direito norte-americano .....	609
9.1.4	Direito grego .....	610
9.2	Responsabilidade pelo exercício de atividades e pela construção de obras	
9.2.1	Direito brasileiro .....	610
9.2.2	Direito Comparado .....	611
9.2.3	Utilização dos aeroportos – Experiência francesa .....	612
10.	Ação civil pública e ruído .....	612

## Capítulo VIII – EXPLORAÇÃO MINERAL

1.	Introdução	
1.1	Impactos ambientais e mineração .....	614
1.2	Danos ambientais prováveis da mineração .....	614
2.	Depósito mineral e/ou jazida – Lavra e lavra garimpeira	
2.1	Conceito de jazida .....	615
2.2	Conceito de lavra .....	615
2.3	Conceito de lavra garimpeira ou garimpagem .....	615

3.	A legislação ambiental – Impedimentos e/ou restrições da exploração mineral	
3.1	A Constituição Federal e a vedação de exploração mineral .....	616
3.2	Parques nacionais, estaduais e municipais .....	616
3.3	Reservas biológicas .....	617
3.4	Estações ecológicas .....	617
3.5	Áreas de Proteção Ambiental (APAS) .....	618
3.6	Áreas tombadas .....	619
3.7	Áreas de Preservação Permanente .....	619
3.8	Reservas Legais Florestais .....	620
3.9	Cavidades naturais subterrâneas .....	621
4.	Competência para legislar sobre jazidas e minas e competência para legislar sobre o meio ambiente .....	621
5.	Princípio da precaução e do desenvolvimento sustentável	
	– As empresas mineradoras e o DNPM	
5.1	O princípio da precaução .....	622
5.2	O princípio do desenvolvimento sustentado .....	622
6.	O DNPM e sua atuação ambiental .....	623
7.	Exploração mineral e deveres ambientais .....	624
7.1	Dever ambiental na pesquisa mineral .....	624
7.2	Dever ambiental do concessionário da lavra .....	625
7.3	Dever ambiental do permissionário da lavra garimpeira .....	625
8.	Estudo de Impacto Ambiental e exploração mineral	
8.1	Introdução .....	626
8.2	EIA e a classe dos minerais .....	626
9.	O DNPM e o CONAMA – Necessidade de normas de automonitoramento, auditoria e inspeção – Dever de informar .....	628
10.	Licenciamento ambiental e autorização de pesquisa mineral .....	629
11.	Licenciamento ambiental e exploração mineral	
11.1	Análise do Decreto 97.507/89 .....	630
11.2	Licenciamento ambiental de lavra garimpeira .....	631
11.3	Licença ambiental para exploração mineral – A Lei 7.805/89 e as Resoluções 9/90 e 10/90-CONAMA .....	632
12.	Competência comum de registro, acompanhamento e fiscalização .....	633
13.	Crime e exploração mineral .....	633
14.	Sanções administrativas .....	634
15.	Dever de recuperar o meio ambiente degradado pela exploração de recursos minerais .....	635

**Capítulo IX – CRIMES AMBIENTAIS**  
**– A LEI 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**

1.	Introdução .....	639
----	------------------	-----

2.	Aplicação de penas restritivas de direitos às pessoas físicas	
2.1	Introdução .....	640
2.2	Prestação de serviços à comunidade .....	641
2.3	Interdição temporária de direitos .....	642
2.4	Suspensão parcial ou total de atividades .....	642
2.5	Prestação pecuniária .....	642
2.6	Recolhimento domiciliar .....	643
3.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	
3.1	Direito brasileiro	
3.1.1	Introdução .....	643
3.1.2	Reparação e sanção .....	644
3.1.3	A tipificação do comportamento da pessoa jurídica – Interesse ou benefício da entidade .....	645
3.1.4	Abrangência da responsabilidade penal: pessoa jurídica de Direito Privado e de Direito Público .....	647
3.1.5	Das penas aplicáveis às pessoas jurídicas .....	647
3.1.5.1	Pena de multa cominada à pessoa jurídica .....	647
3.1.5.2	Pena de restrição de direitos cominada à pessoa jurídica .....	648
3.1.5.2.1	Suspensão parcial ou total de atividades ..	648
3.1.5.2.2	Interdição temporária de .....	
	estabelecimento, obra ou atividade .....	649
3.1.5.2.3	Proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações .....	649
3.1.5.3	Pena de prestação de serviços à comunidade cominada à pessoa jurídica .....	650
3.1.6	As pessoas físicas autoras, co-autoras ou partícipes e a responsabilidade penal das pessoas jurídicas .....	650
3.2	Responsabilidade penal da pessoa jurídica no Direito Comparado	
3.2.1	Congresso da Associação Internacional de Direito Penal ..	651
3.2.2	Noruega .....	651
3.2.3	Portugal .....	651
3.2.4	França .....	652
3.2.5	Canadá .....	654
3.2.6	Venezuela .....	655
3.2.7	Conselho da Europa .....	655
4.	Do crime de poluição .....	656
4.1	Crimes contra o meio ambiente, leis e regulamentos .....	656
4.2	Crime de poluição	
4.2.1	Art. 54, <i>caput</i> , e seu § 1º, da Lei 9.605/98: incriminação de todas as formas de poluição .....	658

4.2.2	Crime qualificado de poluição .....	660
4.2.2.1	Art. 54, § 2º, I – Proteção de áreas urbanas e rurais para ocupação humana .....	661
4.2.2.2	Art. 54, § 2º, II – Poluição atmosférica qualificada .....	661
4.2.2.3	Art. 54, § 2º, III – Poluição hídrica qualificada .....	661
4.2.2.4	Art. 54, § 2º, IV – Proteção do uso das praias .....	662
4.2.2.5	Art. 54, § 2º, V – Lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas .....	662
4.2.3	Criminalização da ausência de medidas de precaução .....	662
4.3	Produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde e criminalidade (art. 56 da Lei 9.605/98) .....	663
4.3.1	Produto ou substância tóxica em relação à saúde humana ou ao meio ambiente .....	664
4.3.2	Produto ou substância perigosa em relação à saúde humana ou ao meio ambiente .....	664
4.3.3	Produto ou substância nociva à saúde humana ou ao meio ambiente .....	664
4.3.4	Abandono de agrotóxicos, de substâncias perigosas e de substâncias nocivas à saúde .....	665
4.3.5	Utilização de agrotóxicos, de substâncias perigosas e de substâncias nocivas à saúde .....	665
4.3.6	Permanência do art. 16 da Lei 7.802/89 .....	665
4.3.7	Substância nuclear ou radioativa .....	665
4.4	Disseminação de doenças, pragas e espécies .....	667
5.	Juizado Especial Criminal e crime ambiental .....	668

**TÍTULO IX – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE  
– FLORESTAS E FAUNA – ASPECTOS JURÍDICOS**

Capítulo I – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989 .....	671
--	-----

**Capítulo II – FLORESTAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**

1. Introdução	
1.1 As florestas e o interesse comum – O Código Florestal de 1965 .....	674
1.2 As florestas de preservação permanente e a Constituição brasileira .....	675
1.3 Competência constitucional – Ação da União, dos Estados e dos Municípios .....	676

2.	Legislação comparada	
2.1	Argentina .....	677
2.2	Venezuela .....	678
2.3	Alemanha .....	679
2.4	França .....	682
3.	Conceito de florestas de preservação permanente .....	683
4.	Destinação do solo – Criação de florestas de preservação permanente – Extinção total ou parcial dessas florestas .....	684
5.	Utilização das florestas de preservação permanente .....	687
6.	Florestas de preservação permanente e indenização .....	688
7.	Tutela penal das florestas de preservação permanente e outros crimes florestais .....	691
8.	Infrações administrativas referentes às florestas de preservação permanente .....	693
9.	Florestas de preservação permanente, parques e reservas .....	694
10.	Recomendações do I Simpósio Nacional de Direito do Meio Ambiente..	695

### Capítulo III – RESERVA FLORESTAL LEGAL

1.	Previsão legal .....	698
2.	Reserva Florestal Legal e sua relação com outros espaços territoriais protegidos .....	699
3.	A Constituição Federal e a Reserva Florestal Legal	
3.1	A Reserva Florestal Legal é espaço territorialmente protegido, na acepção do art. 225, § 1º, III, da CF .....	699
3.2	A Reserva Florestal Legal e a legislação dos Estados .....	700
3.3	O poder de polícia concernente à Reserva Florestal Legal.....	700
4.	Área da reserva e cobertura arbórea .....	701
5.	Características da Reserva Florestal Legal	
5.1	Inalterabilidade de destinação .....	702
5.2	Vedação de corte raso na Reserva Florestal e limitação de uso ....	703
5.3	Gratuidade da constituição da Reserva Florestal Legal .....	703
5.4	Averbação da Reserva Florestal Legal no Registro de Imóveis	
5.4.1	Legislação federal .....	704
5.4.2	Legislação estadual .....	704
5.5	Medição, demarcação e delimitação da Reserva Florestal Legal ....	705
5.6	Isenção de Imposto Territorial Rural sobre a Reserva Florestal Legal .....	705
6.	A Reserva Legal Florestal na Amazônia, compensação de áreas e a Medida Provisória 1.736-36, de 6.5.1999 .....	705
7.	Infrações administrativas .....	708
8.	Ações judiciais e a Reserva Florestal Legal .....	709

## Capítulo IV – FAUNA

1.	Conceito de fauna silvestre .....	711
2.	Competência para legislar sobre fauna .....	712
3.	A fauna e os modos de aquisição da propriedade móvel no Direito anterior .....	712
4.	A fauna silvestre como bem público .....	714
5.	A caça	
5.1	A caça e a conservação da fauna silvestre .....	717
5.2	Modalidades de caça .....	719
5.2.1	Caça profissional .....	719
5.2.2	Caça de controle .....	720
5.2.3	Caça amadorista .....	721
5.2.4	Caça de subsistência .....	722
5.2.5	Caça científica .....	722
6.	A intervenção do Poder Público na caça .....	723
7.	Avaliações preliminares para abertura da caça e Estudo de Impacto Ambiental .....	725
8.	Proibições específicas de caça .....	728
9.	A caça e a propriedade privada .....	729
10.	A caça e a destruição do “habitat” – Reparação de danos .....	729
11.	Competência para processar e julgar as questões relativas à fauna silvestre .....	731
12.	Crimes contra a fauna .....	731
13.	Comércio da fauna silvestre	
13.1	Comércio ilegal .....	736
13.2	Comércio legal .....	740
13.3	Comércio internacional .....	740

---

**TÍTULO X – PREVENÇÃO E RESPONSABILIDADE  
PELO DANO NUCLEAR**

---

Capítulo I – PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR – UMA DAS FACES DA RESPONSABILIDADE .....	745
---	-----

**Capítulo II – MEDIDAS PREVENTIVAS ESPECÍFICAS  
DO DANO NUCLEAR**

1.	Introdução .....	749
2.	Medição das radiações .....	749
2.1	Medida das radiações e controle da poluição nuclear pelos Estados e Municípios .....	752

3.	Notificação do público .....	752
4.	Zoneamento da área adjacente à instalação nuclear .....	753
4.1	Experiência estrangeira .....	753
4.2	Direito brasileiro .....	
4.2.1	Experiência brasileira e poder de autorizar atracação de navios nucleares – Uso da ação civil pública .....	754
4.2.2	Zoneamento nuclear e competência federal e municipal ....	755
4.2.3	A estação ecológica como entorno da usina nuclear .....	756

### Capítulo III – DIREITO DE INFORMAÇÃO, PREVENÇÃO

DO DANO NUCLEAR E INTERVENÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES .....	759
---	-----

### Capítulo IV – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NUCLEAR E PREVENÇÃO DO DANO NUCLEAR

1.	Experiência estrangeira .....	
1.1	Espanha .....	762
1.2	França .....	762
1.3	Estados Unidos da América .....	763
2.	Experiência brasileira .....	
2.1	Fiscalização e fomento da energia nuclear: atividades a serem separadas .....	765
2.2	Composição da CNEN – Necessidade de reformulação .....	766
2.3	Poder de polícia nuclear: licenciamento e suspensão da licença ..	766
2.4	Poder de polícia nuclear: autorização e suspensão da operação das instalações nucleares .....	767
2.5	Normas de segurança nuclear e de segurança radioativa .....	768
2.5.1	Instalação nuclear .....	768
2.5.2	A supervisão técnica independente em usinas núcleo- elétricas e outras instalações: forma inovadora de cooperação privada na fiscalização .....	769
2.6	O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear – Intervenção da União e situação de emergência .....	770
2.7	Medicina, Odontologia e radioproteção .....	
2.7.1	Legislação básica .....	772
2.7.2	Princípios da radioproteção .....	773
2.7.3	Medicina Nuclear .....	775
2.7.4	Direito à informação na radioproteção .....	776
2.8	Atribuições da CNEN e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária concernentes à radiação ionizante e a competência dos Estados e dos Municípios .....	777
2.9	Conclusões .....	778

**TÍTULO XI – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

**Capítulo Único – PROTEÇÃO DA ZONA COSTEIRA  
– ASPECTOS JURÍDICOS**

1.	Introdução .....	781
2.	O litoral nas Constituições Estaduais de 1989 .....	781
2.1	Áreas de preservação permanente litorâneas .....	782
2.2	Autorização	
2.2.1	Alagoas .....	782
2.2.2	Maranhão .....	782
2.2.3	Piauí .....	782
2.2.4	Rio de Janeiro .....	783
2.2.5	São Paulo .....	783
2.3	Autorização pelo órgão estadual competente e homologação pela Assembléia Legislativa .....	783
2.4	Gerenciamento costeiro estadual obrigatório .....	783
2.5	Obrigatoriedade de combater a poluição .....	784
2.6	Comportamentos específicos	
2.6.1	Esgotos .....	784
2.6.2	Lixo .....	784
2.6.3	Gabaritos para construções .....	784
3.	Zona costeira .....	785
4.	Praias – Conceito – Uso e acesso	
4.1	Conceito .....	788
4.2	Uso .....	789
4.3	Acesso .....	789
5.	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e competência da União .....	791
5.1	Ausência de plano e utilização da Zona Costeira .....	791
5.2	Planejamento e Zona Costeira .....	791
5.3	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Inovação da Lei 7.661/88 – Conteúdo e elaboração do plano	
5.3.1	Inovação .....	792
5.3.2	Conteúdo .....	792
5.3.3	Elaboração .....	793
6.	Relacionamento federal, estadual e municipal na gestão da Zona Costeira .....	794
7.	Estudo de Impacto Ambiental na Zona Costeira .....	794
8.	Licenciamento e sanção do descumprimento das condições da licença ..	796

9. Responsabilidade civil na Zona Costeira .....	796
10. Comunicação ao CONAMA das sentenças condenatórias e Ministério Público .....	796
11. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e a Proteção do Meio Ambiente .....	797

---

***TÍTULO XII – TOMBAMENTO – INSTRUMENTO JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL***

---

**Capítulo Único – TOMBAMENTO – INSTRUMENTO JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL**

1. Conceito de tombamento .....	799
2. Conceito de patrimônio cultural .....	800
2.1 Legislação comparada .....	801
3. Proteção do patrimônio cultural nas Constituições Estaduais	
3.1 Instituição do tombamento pelas Constituições Estaduais .....	802
3.2 Proteção especial a etnias .....	803
3.3 Alteração e/ou supressão da proteção .....	805
3.4 O tombamento como forma de proteção do patrimônio cultural ..	805
3.5 Os Conselhos como órgãos de proteção do patrimônio cultural	
3.5.1 Competência dos Conselhos .....	805
3.5.2 Composição dos Conselhos .....	806
3.6 Fundo Estadual de Cultura .....	807
3.7 Criação de incentivos .....	807
4. Tombamento e o planejamento nacional, estadual e municipal .....	808
5. A vizinhança como área protegida .....	810
6. Poder de polícia do patrimônio e atividade privada .....	813
7. Estrutura dos organismos administrativos de proteção do patrimônio e participação social .....	813
8. Previsão constitucional – Competência concorrente – Análise crítica .....	815
9. Desconcentração e tombamento .....	817
10. Natureza jurídica do bem tombado	
10.1 Bem tombado de propriedade privada .....	818
10.1.1 Limitação ao direito da propriedade .....	818
10.1.2 Servidão administrativa .....	819
10.1.3 Domínio eminente do Estado .....	819
10.1.4 Bem cultural como bem imaterial .....	820
10.1.5 Propriedade com função social .....	820
10.1.6 Bem de interesse público .....	820

10.2 Bem tombado de propriedade pública .....	821
11. Co-responsabilidade da Administração em conservar o bem tombado ...	822
12. Espécies de tombamento .....	823
13. Instituição do tombamento: por lei e por ato do Poder Executivo	
13.1 Instituição por lei .....	824
13.2 Instituição por ato do Poder Executivo .....	825
14. Processo do tombamento .....	827
15. Tombamento provisório .....	830
16. Área de proteção ambiental e tombamento .....	831
17. Parques e tombamento .....	833
18. Tombamento e áreas especiais e locais de interesse turístico .....	833
19. Autorização para realizar obras .....	833
20. Direito de preferência diante de alienação onerosa .....	836
21. A indenização e o tombamento .....	838
22. Sanções administrativas .....	842
22.1 Multa .....	843
22.2 Demolição .....	844
22.3 Sanção reparatória: restauração da coisa tombada .....	845
22.4 Embargo e interdição .....	846
23. Crimes .....	846
24. Participação do público na defesa judicial do patrimônio .....	849
25. Proteção internacional do patrimônio cultural e natural	
25.1 Introdução .....	851
25.2 Tombamento internacional? .....	851
25.3 Significado da inclusão na lista do patrimônio mundial .....	852
26. Conclusões .....	853

---

**TÍTULO XIII – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE**  
**– ASPECTOS JURÍDICOS**

---

**Capítulo Único – ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE**  
**– ASPECTOS JURÍDICOS**

1. Introdução .....	855
2. Riscos da Engenharia Genética .....	857
3. Utilização da Engenharia Genética .....	859
4. Antecedentes da legislação brasileira – Direito Comparado .....	859
5. A Lei 8.974, de 5.1.1995 – Linhas gerais .....	859
6. Finalidade da lei .....	860

7.	Abrangência da Lei 8.974/95	
7.1	Atividades e projetos .....	861
7.2	Exercício das atividades de Engenharia Genética somente por pessoas jurídicas .....	861
7.3	Vedação do exercício da Engenharia Genética para as pessoas físicas – Duvidosa constitucionalidade .....	862
8.	Atividades não abrangidas pela Lei 8.974/95 .....	864
9.	Competências constitucionais da União, dos Estados e dos Municípios com relação à Engenharia Genética .....	865
10.	Ministérios e órgãos competentes no plano federal .....	866
11.	Registro e autorizações	
11.1	Introdução .....	868
11.2	Do registro .....	869
11.3	Das autorizações .....	869
11.3.1	Da autorização para funcionamento de laboratório, instituição ou empresa relacionada a OGM .....	870
11.3.2	Da autorização para entrada no País de qualquer produto contendo OGM ou derivado de OGM .....	871
11.3.3	Da autorização para liberação ou descarte de OGM no meio ambiente .....	873
12.	Cadastramento, Estudo de Impacto Ambiental, Análise de Risco e monitoramento .....	874
13.	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança-CTNBIO .....	876
13.1	Competência da CTNBIO .....	877
13.1.1	Competência para estabelecer normas .....	877
13.1.2	Competência para emitir CQB .....	877
13.1.3	Competência para emitir pareceres .....	878
13.1.4	Competência para exigir Estudo de Impacto Ambiental e Avaliação de Risco .....	878
13.2	Composição da CTNBIO .....	880
14.	Comissão Setorial Específica	
14.1	Composição da Comissão Setorial Específica .....	883
14.2	Competência da Comissão Setorial Específica e CTNBIO .....	884
15.	Certificado de Qualidade em Biossegurança-CQB	
15.1	Criação pela Lei 8.974/95 .....	884
15.2	O CQB e a CIBIO .....	885
15.3	O conteúdo do requerimento para obtenção do CQB .....	885
15.4	Dos prazos para a obtenção do CQB .....	887
15.5	As vistorias e o CQB .....	887
16.	Comissão Interna de Biossegurança-CIBIO	
16.1	Introdução .....	888

16.2	Composição da CIBio .....	889
16.3	Competência da CIBio	
16.3.1	Informação .....	890
16.3.2	Inspeção .....	890
16.3.3	Monitoramento .....	891
16.3.4	Avaliação de propostas e seu encaminhamento à CTNBio .....	891
16.3.5	Identificação e análise dos riscos e sua gestão .....	891
16.3.6	Dever da CIBio de informar os riscos e infração .....	891
16.3.7	Criação de normas .....	892
16.3.8	Documentação a ser conservada .....	892
16.3.9	Inadequação da CIBio fazer requerimento para a obtenção do CQB .....	893
16.3.10	Relacionamento da CIBio com o pesquisador principal ...	894
17.	O pesquisador principal de cada projeto .....	894
18.	Informação e OGM	
18.1	Informação prévia ao julgamento do pedido	
18.1.1	Direito brasileiro .....	896
18.1.2	Direito Comparado .....	898
18.2	Informação posterior ao julgamento do pedido .....	899
18.3	Publicidade como regra geral e sigilo como exceção nos julgamentos da CTNBio .....	900
18.4	Informação nos produtos oriundos da Biotecnologia .....	900
19.	Responsabilidade penal na Lei 8.974/95	
19.1	Crime de manipulação genética de células germinais humanas .....	901
19.2	Crime de intervenção em material genético humano “in vivo” ....	902
19.3	Crime de produção, armazenamento ou manipulação de embriões humanos destinados a servirem como material biológico disponível” .....	905
19.4	Crime de intervenção “in vivo” em material genético de animais .....	906
19.5	Crime de liberação ou descarte no meio ambiente de OGM em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e constantes da regulamentação desta Lei .....	906
19.6	Aumento de pena em razão de inobservância de regra técnica de profissão .....	907
20.	Responsabilidade penal da pessoa jurídica e OGM .....	908
21.	Infrações e penalidades administrativas .....	908
22.	Responsabilidade civil objetiva e OGM .....	911
23.	Financiamento das atividades ligadas a OGM e co-responsabilidade ....	912
24.	Normas para o trabalho em contenção com OGMS .....	913

25. Ação civil pública e OGM .....	914
26. MERCOSUL – Comércio internacional e OGM .....	915
27. Clonagem – Problemas jurídicos	
27.1 A dignidade humana .....	916
27.2 O clone .....	917
27.3 Discussão jurídica do clone na espécie humana .....	918

---

***TÍTULO XIV – MERCOSUL E DIREITO AMBIENTAL  
INTERNACIONAL***

---

**Capítulo Único – MERCOSUL E DIREITO AMBIENTAL  
INTERNACIONAL**

1. Das finalidades do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL .....	921
2. O meio ambiente nos acordos bilaterais entre os membros do MERCOSUL .....	923
3. Normas jurídico-ambientais comunitárias e o sistema da Comunidade Européia-CE .....	924
3.1 As diferentes normas jurídicas da CE .....	924
3.2 O conteúdo das normas: “nível de proteção elevado” .....	925
3.3 Os Estados-membros podem ter normas mais severas que as da CE? .....	926
4. Responsabilidade ambiental dos Estados e soberania .....	927
5. O Federalismo e o MERCOSUL .....	928
6. Patrimônio ambiental e gradação dos interesses .....	930
7. Procedimentos administrativos de prevenção do dano ambiental transfronteiriço	
7.1 Estudo de Impacto Ambiental .....	931
7.2 Monitoramento ambiental .....	932
7.3 Avaliação e institucionalização do controle ambiental contínuo ..	933
8. Aplicação interna das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL .....	934
9. Solução de controvérsias e acesso à Justiça no MERCOSUL	
9.1 Solução de controvérsias .....	937
9.1.1 Inexistência de um sistema judiciário .....	937
9.1.2 O Grupo Mercado Comum não é parte legítima para pleitear perante o Tribunal Arbitral .....	937
9.1.3 Os particulares e o sistema de solução de controvérsias ....	938
9.2 Acesso ao Poder Judiciário no MERCOSUL .....	938
Bibliografia .....	941
Índice alfabético-remissivo .....	955